

**Tal Mercado, Tal Príncipe:  
o paradigma da perfeição na economia política burguesa\***

Ricardo G. Borrmann\*\*

**Resumo:** A presente dissertação de mestrado se insere na relação da teoria política com a história das idéias e a análise das ideologias. A partir da hipótese de que “o funcionamento do ‘mercado perfeito’ supõe a existência de um ‘tirano perfeito’”, desejamos investigar as relações entre economia e política sob o prisma dos ideais de perfeição contidos nas idéias de príncipe e mercado perfeitos. Para tanto, adotamos a hipótese trabalhada por Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder, de que os ideais de perfeição estão cravados no imaginário sócio-político, a partir das “permanências de longa duração” do pensamento religioso de acento tomista. A análise estará focada, portanto, no rastreamento das expressões mercado perfeito e de príncipe perfeito na economia política clássica e na teoria política moderna.

**Palavras-chave:** teoria política; história das idéias; economia política.

**Abstract:** The following master research seeks to approach the relations between political theory, history of ideas and ideology analysis. Starting from the hypothesis that “the functioning of the ‘perfect market’ supposes the existence of a ‘perfect tyrant’”, our aim is to investigate the connections between economy and politics, deeply marked by the ideals of perfection that rounds the ideas of perfect prince and perfect market. Therefore, we adopt the hypothesis of Gisálio Cerqueira Filho and Gizlene Neder. This hypothesis argues that the ideals of perfection are nailed in the social political imaginary, due to the “long term permanencies” of religious thought with thomist stress. The analysis will be therefore centered at the tracing of the ideas of perfect market and perfect prince, in the classical political economy and in the modern political theory.

**Keywords:** political theory; history of ideas; political economy.

O presente texto se insere no campo da história das idéias. Nele tratamos das idéias políticas e econômicas, atentando para as possíveis relações entre ambas, especialmente a partir de duas idéias que consideramos fundamentais para o pensamento político moderno e para a economia clássica, respectivamente: príncipe perfeito e mercado perfeito.

Antes de desembocarmos na nossa hipótese central, cumpre-se ainda tecer alguns comentários a respeito de nossos objetivos específicos, que dão os contornos de nosso recorte metodológico.

---

\* A versão integral deste texto foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP-UFF) como parte dos pré-requisitos para obtenção do grau de mestre em ciência política, com área de concentração em teoria política.

\*\* Possui graduação em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e mestrado em teoria política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua na área de ciência política, com ênfase na teoria política, economia política, história das idéias e análise das ideologias.

Na nossa análise das idéias econômicas e políticas, buscamos as relações entre cultura política e econômica e cultura religiosa, incorporando a perspectiva há muito trabalhada pelo cientista político Gisálio Cerqueira Filho e pela historiadora Gizlene Neder no âmbito do Laboratório de Cidade e Poder da Escola de Niterói (UFF). De forma bastante sucinta, trata-se de atentar para as influências do pensamento religioso cristão, seja ele romano ou protestante, nos conceitos e idéias do pensamento moderno, verificando, especialmente, as possíveis permanências da teologia tomista (referente a São Tomás de Aquino). É um recorte que perpassa todo o texto, e dá o norte de nosso enfoque ao pesquisarmos a história das idéias e das mentalidades. Sobre este particular, Cerqueira Filho afirma o seguinte:

“A avassaladora presença do iluminismo no ocidente fez com que muitas questões e temas referidos ao tomismo fossem deixados de lado: por exemplo, a hierarquia, o autoritarismo, o absolutismo afetivo que não cede à ambivalência dos sentimentos; a obediência e submissão inscritas na prática política, a lógica formal que não cede ao pensamento dialético apoiado na contradição. Todavia, estes temas, embora do medievo, ainda nos espreitam e seguem presentes mesmo na pós-modernidade. Parodiando Michel Foucault, deveríamos nos inquirir sobre de que modo, pelo menos no ocidente, o pensamento tomista pressupõe apreciar exatamente o que custa dele se afastar; o que é tomista mesmo quando supostamente pensamos estar contra o tomismo...”<sup>1</sup>.

Na esteira desta perspectiva de busca das “permanências culturais de longa duração”<sup>2</sup> do pensamento religioso em geral e dos aspectos tomistas deste pensamento em particular, temos como objetivo específico rastrear as idéias de mercado e príncipe perfeitos. A partir deste rastreamento, visamos apontar a relação destas idéias com certas permanências religiosas amalgamadas às formações inconscientes presentes na ideologia, em especial no que se refere ao ideal de perfeição, tanto do mercado quanto do príncipe.

A idéia de uma “mão invisível”, devida a Adam Smith, e os modelos de príncipe dos teóricos modernos da política figuram, no nosso entendimento, como expressões sintomáticas do ideal de perfeição presente tanto na economia clássica como na teoria política moderna. Daí que nossa análise se focará nestes indícios de um ideal de perfeição que ronda o pensamento político e econômico há séculos.

A cultura política (e econômica) é tomada neste trabalho como um dos aspectos constitutivos da formação ideológica burguesa. Mais que permanência cultural, sua presença se faz hoje, mais do nunca talvez, ativa nas formações inconscientes e até mesmo nas práticas intelectuais conscientes, e seu raio de ação é muito maior e desconhecido do que imaginamos

---

<sup>1</sup> CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Édipo e Excesso – Reflexões sobre Lei e Política*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002, p. 22.

<sup>2</sup> A idéia se deve a Fernand Braudel. Ver BRAUDEL, Fernand. In: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

à primeira vista. Essas permanências culturais têm perambulado pelo acontecer social, através da repetição na qual o retorno do que foi reprimido anuncia a sua presença (obviamente que não numa forma cultural “pura”, mas mediada pelas varias apropriações que historicamente o condicionam). Portanto, nosso esforço é também no sentido de valorizar a importância do imaginário no estudo da política, até mesmo naqueles autores concebidos pelo pensamento *mainstream* como paradigmas de “racionalidade” e “cientificidade”, como é o caso exatamente do entendimento que geralmente se tem da economia clássica e da política moderna.

Nossa hipótese central é a de que os ideais de príncipe e mercado perfeitos, geralmente percebidos como profundamente antagônicos, verdadeira oposição inconciliável, fornecem na verdade fundamento um ao outro.

Dita de modo lapidar pelo economista José Luís Fiori, a partir do pensamento dos fisiocratas franceses, trabalhamos com a seguinte hipótese: “o funcionamento do ‘mercado perfeito’ supunha a existência de um ‘tirano perfeito’”<sup>3</sup>.

Para a economia liberal clássica, o mercado seria um mecanismo de auto-organização onde cada agente cuidando de si acabaria concorrendo para a produção da harmonia geral. Esta concepção, especialmente no capitalismo, ganhou tanta credibilidade que acabou por naturalizar-se como verdade irrefutável.

Tudo parece estar aí, mas não é bem assim. A idéia de mercado perfeito, que pretendemos rastrear, está construída sobre dois fundamentos que, na verdade, são duas faces de uma mesma moeda: a moral e os mercados<sup>4</sup>.

O suposto mecanismo de auto-organização descoberto pelos economistas é, portanto, o tal mercado perfeito e a premissa filosófico-moral que reina neste mercado é a de que os indivíduos que o buscam para trocar bens, ao fazê-lo em interesse próprio e egoisticamente, produziram benefícios gerais. A afirmação clássica a esse respeito é de Adam Smith: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse [*self-interest*]”<sup>5</sup>

Melhor esclarecendo, são duas as premissas (ideológicas) fundamentais para o porvir do capitalismo: a de que existe um indivíduo dotado de autonomia que, ao buscar seu próprio

---

<sup>3</sup> FIORI, José Luís. *Atentados Ajudam Decantar Doutrina Bush*. Artigo publicado no site Agência Carta Maior (<http://www.agenciacartamaior.com.br/>) em janeiro de 2002.

<sup>4</sup> Delfim Netto, por exemplo, afirma em artigo intitulado “A moral e os mercados”: “O mecanismo de auto-organização descoberto pelos economistas é o mercado, onde cada agente cuidando do seu próprio interesse acabaria produzindo a harmonia geral.” (NETTO, Antonio Delfim. “A Moral e os Mercados”. In: *Carta Capital*, 24 de setembro de 2008. Ano XV, No. 514. São Paulo: Editora Confiança, p. 31).

<sup>5</sup> SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 50.

interesse, produz o bem estar geral e a de que estes indivíduos intercambiam num mercado que possui um mecanismo de auto-regulação permanente, que lhe é próprio (mercado perfeito).

Para nós, não há evidência melhor para a idéia de mercado perfeito do que a noção da “mão invisível”, cunhada pelo pensador escocês Adam Smith, considerado por muitos como o pai da economia política.

De fato, foi sobre a moral e os mercados que Adam Smith escreveu em suas duas obras clássicas, uma de cunho mais filosófico – “A Teoria dos Sentimentos Morais”<sup>6</sup> – e outra de cunho mais econômico – “Uma Investigação sobre a Origem e as Causas da Riqueza das Nações”<sup>7</sup>.

A obra de Smith situa-se nesse contexto como uma espécie de ápice da construção de uma nova “essência humana”. Nós, contudo, temos o objetivo de nos furtar a recair na idéia de essência ou natureza humana. Ao contrário, queremos rastrear esta idéia no pensamento smithiano para entendê-la melhor e, por fim, criticá-la.

O percurso por dentro da história das idéias, que leva à centralidade do interesse como engrenagem do modo de produção capitalista, é muito bem descrito pelo estudioso das ideologias econômicas, Albert O. Hirschman, em seu livro “As Paixões e os Interesses – Argumentos Políticos a Favor do Capitalismo antes de seu Triunfo”<sup>8</sup>.

Por outro lado, Edwin Cannan, famoso editor da Riqueza das Nações e estudioso da obra de Smith, chega a afirmar que: “(...) a convicção sobre o caráter benéfico do interesse próprio (...) permeia sua obra A Riqueza das Nações e, desde então, constitui um ponto de partida para a pesquisa econômica”<sup>9</sup>.

Ou seja, o interesse próprio não é apenas importante na Riqueza das Nações. Sua centralidade ultrapassa essa obra, passando a ser um ponto de partida para toda a pesquisa econômica posterior no campo do pensamento liberal.

Albert Hirschman descreve uma longa trajetória de valorização das paixões humanas, ou pelo menos algumas paixões, que culmina, no nosso entender, com a construção de uma nova abordagem do humano a partir da subjetividade, muito apropriada ao desenvolvimento do capitalismo: “o interesse pessoal” ou *self-interest*.

---

<sup>6</sup> SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

<sup>7</sup> Do original em inglês “*An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*”. Estaremos utilizando a seguinte edição em Português: SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*; com a introdução de Edwin Cannan; apresentação de Winston Fritsh. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

<sup>8</sup> HIRSCHMAN, Albert O. *As Paixões e os Interesses*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

<sup>9</sup> CANNAN. “Introdução”. In: SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. *Op. cit.*, p. 49.

Trata-se, no fundo, de um processo de compressão dos afetos, até que estes se tornam o interesse próprio, nova essência do homem, a partir da qual Smith deduz seu ideal de um mercado perfeito, que funciona sem qualquer necessidade de intervenção.

O texto de Hirschman abre com a frase de Montesquieu, que parece ecoar o Emblema da capa: “É uma felicidade para os homens encontrarem-se numa situação em que, ao mesmo tempo em que as suas paixões inspiram-lhes a idéia de serem maus, eles têm interesse em não sê-lo”<sup>10</sup>.

As paixões são apresentadas como algo terrível, um perigo a ser evitado; no fundo, algo que inspira os homens a serem maus. O interesse, por outro lado, aparece como algo que produz o efeito inverso das paixões, afastando os homens da maldade. Contudo, trata-se também de uma paixão. O processo que ocorre é a transformação, no plano do pensamento/da ideologia, do interesse em única paixão, único sentimento humano digno e não perigoso.

Esse ideal parece ter penetrado fortemente nas ciências humanas e sociais, incluindo aí a economia. A idéia dos interesses como subjetividade, convertida já em essência humana exclusiva, inspira a vertente anglo-saxã dominante da pesquisa social e, aqui no Brasil, conquistou também um espaço considerável, em especial nas escolas que almejam uma ciência social de corte mais “canônico”, seguindo, portanto, os cânones do *mainstream* anglo-saxão.

Essa vertente trabalha com o citado ideal de que o indivíduo é movido quase que exclusivamente pelo seu interesse pessoal e a partir dessa essência (perfeita) retira suas implicações em contextos variados, a partir da utilização de um aparato matemático-estatístico tão complexo quanto desnecessário.

A idéia de uma essência humana perfeita e única, completamente autônoma se consolida com o Iluminismo e culmina atualmente nas vertentes da escolha racional e do institucionalismo.

Na continuidade histórica de construção da economia política burguesa, o “mercado perfeito” se afirma na aparente censura ou recalque da noção de “príncipe perfeito”.

Para Marcos A. Lopes, a idéia de um príncipe perfeito descende de um antigo gênero literário surgido nos meios eclesiásticos da Europa Medieval<sup>11</sup>. Tal colocação vai ao encontro

---

<sup>10</sup> HIRSCHMAN, Albert O. *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>11</sup> LOPES, Marcos Antônio. *Moral e Virtude nos Espelhos de Príncipes da Idade Clássica (1640-1700)*. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 123.

da nossa hipótese: a idéia de um príncipe perfeito deita raízes nas conexões entre cultura política e cultura religiosa, ambas cravadas numa idealização de acento religioso fortemente tomista, uma vez que foi São Tomás de Aquino o principal responsável por lançar as bases do que viria a ser a Filosofia oficial da Igreja católica: o próprio tomismo. Neste, as possibilidades políticas do pensamento de Aristóteles foram compatibilizadas com a “fé” e colocadas a serviço dos objetivos de domínio político e ideológico da Igreja católica em torno da figura do papa.

O ideal de perfeição, de acento fortemente tomista, reveste-se, portanto, de um caráter indiscutível, absoluto. Era exatamente, o que o tomismo se propunha: conquistar o conhecimento pela “fé” para aprisionar as atividades pensantes do homem em limites que não permitissem procedimentos dialéticos. Pautado pelo projeto universalista de centralização em torno do papa, o tomismo produziu o ideal de uma razão “universal” não dialetizante, não argumentativa, que impunha uma ordem geral única ao pensamento. Este ideal, cravado no imaginário, conforme afirmamos, está presente nos escritos de Adam Smith, seja através da idéia de uma essência individualista do homem (*self-interest*), seja através da mão invisível do mercado.

É nesse ponto que se situam as conexões entre economia e política. O ideal de perfeição do príncipe se transfere para o mercado e está fortemente presente, como argumentamos no primeiro capítulo, na obra de Adam Smith.

A idéia de príncipe perfeito se consolidou efetivamente no bojo do Absolutismo Clássico, no momento histórico em que os Estados Nacionais se consolidavam como a nova forma política dominante e a Europa encontrava-se assolada por conflitos religiosos que se espalhavam pelo continente.

O Estado absolutista surge, então, como uma “solução” ou “resposta” a essas guerras civis religiosas que se alastravam pelo continente europeu. Essa “resposta” se apresentou, aparentemente, através do rompimento com o primado da religião. Ou seja, a princípio contra o tomismo, que era um sistema fechado, pois a força ideológica da Igreja residia num domínio – espiritual, extraterreno – ao qual o poder dos príncipes não tinha acesso. Para que o príncipe pudesse se proclamar como absoluto, não reconhecendo nenhuma instância superior a si mesmo além de Deus, cujos atributos ele mesmo assumia no espaço político, foi necessário promover uma separação entre moral (de domínio das seitas religiosas) e política<sup>12</sup>. Essa doutrina ficou conhecida por “razão de estado” (*raison d'état*), a partir das formulações do

---

<sup>12</sup> Separação semelhante a que Smith fará entre riqueza e poder na Riqueza das Nações, dotando o mercado de poder e responsabilidade absolutos.

Cardeal Richelieu (1585-1642), embora este pensador não tenha sido nem o primeiro nem o único a defender esta separação entre moral religiosa e política.

Para outro teórico francês, Jean Bodin, a questão fundamental seria: o que confere legitimidade ao Estado? A soberania é a resposta que Bodin propõe, formulando uma teoria da comunidade política, que retira sua legitimidade do “poder soberano”.

Dessa forma, uma República sem poder soberano não seria República. Aquele confere a “essência” desta. Coloca-se, então, a necessidade de formar uma definição de soberania, apontando, com profundo rigor, as suas características.

Soberania, conceito fundamental para Bodin, como o será também para Hobbes, é a força de coesão, de união da comunidade política, sem a qual esta se desfaria como um castelo de areia. Ela cristaliza, amalgama a interseção entre comando e obediência, imposto, na visão de Bodin, pela natureza das coisas a todo grupo social que quer viver. É, em suma, o “poder absoluto e perpétuo de uma República”<sup>13</sup>.

Ser absoluta significa que aquele que a detém está acima das leis, ao mesmo tempo em que detém o monopólio inquestionável de promulgar e suprimir as leis.

É precisamente nessa faculdade de promulgar e eliminar a lei de acordo com sua mais pura e franca vontade que reside a verdadeira soberania. Todas as outras características da soberania acham-se compreendidas neste caráter absoluto, de modo que, nas palavras de Bodin, “só ela existe”<sup>14</sup>. A soberania em Bodin lembra-nos a concepção de “bem” de Santo Agostinho, de acordo com a qual só o bem existe.

Para Santo Agostinho, impõe-se a seguinte questão: se o Deus criador é o Ser Perfeito e possui entre os seus atributos a Suprema Perfeição, identificada de certa maneira com a Forma do Bem, como é possível a existência do mal? O mal seria então nada mais nada menos que a privação, a ausência do bem, não tendo existência concreta. O mesmo se dá para Bodin em relação ao príncipe e a soberania, sendo o primeiro identificado com a perfeição divina e a segunda com a forma do bem. Ou seja, só a soberania possui existência concreta, sendo “o mal” simplesmente ausência de soberania.

Tal como um Deus, portanto, apenas é soberano aquele que não depende em nada de outrem e que tudo resolve por si mesmo; que não está ligado por vínculo algum de sujeição pessoal, nem incluído em ninguém. Em suma, alguém, cujo poder não é temporário, nem

---

<sup>13</sup> CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As Grandes Obras Políticas – De Maquiavel a nossos Dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1986, p. 54.

<sup>14</sup> Idem.

delegado por alguém; tampouco alguém que seja responsável perante qualquer outro poder sobre a terra.

Ora, não seria essa a mesma proposta que Smith faz para o mercado, montado sob o interesse pessoal dos indivíduos? Uma ordem que não depende em nada de outrem e que resolve tudo por si mesma; que não está ligada por vínculo algum de sujeição e que retira suas leis (soberanas) de si mesmo, deduzindo seu funcionamento de sua mais pura e franca vontade? Então, não parece que o mercado perfeito, tal com o príncipe perfeito dos séculos XVI-XVII é o poder soberano? E por ser soberano é absoluto, ou seja, possui o monopólio eterno de dar e suprimir as leis, tal como um Deus?

Contudo, não se trata de uma “Monarquia tirânica”, onde o monarca pode desprezar as leis da natureza (leis divinas), abusando das pessoas livres como de escravos e dos bens dos súditos como dos seus. Acima das leis do soberano, Bodin, tal com os estóicos, São Tomás de Aquino e os canonistas cristãos, mantém a primazia das “leis da natureza”, reflexo da “razão divina”, fortemente cravada no tomismo.

A marca do bom governo, portanto, seria a harmonia. A mesma marca da divisão equitativa da riqueza promovida pelo mercado de Smith, que regula a oferta e a procura entre os cidadãos de forma natural

Reparemos que se trata de uma divisão semelhante a que o mercado perfeito promove. Ele também elege seus preferidos, mas não de acordo com os critérios da época, como honra, maestria nas artes da guerra, etc., mas de acordo com o critério da “nova” essência individualista do homem (*self-interest*) e com isso promove a felicidade geral.

Se São Tomás de Aquino promove uma atualização do pensamento aristotélico, tendo em vista os objetivos políticos de centralização em torno da figura do papa e do monopólio da Igreja do caminho para se chegar a Deus, Jean Bodin atualiza o pensamento tomista tendo em vista os objetivos de centralização política em torno dos reis franceses no século XVI. O fundamento último passa a ser a noção de soberania; em última instância, o ideal católico-romano de um ser supremo e perfeito: Deus.

Nas palavras de Bodin:

“Nada havendo de maior sobre a terra, depois de Deus, que os príncipes soberanos, e sendo por Ele estabelecidos como seus representantes para governarem os outros homens, é necessário lembrar-se de sua qualidade, a fim de respeitar-lhes e reverenciar-lhes a majestade com toda a obediência, a fim de sentir e falar deles com toda a honra, pois quem despreza seu príncipe soberano despreza a Deus, de Quem ele é imagem na terra.”<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Ibidem, p. 61.



Não seria esse o comportamento que esperam atualmente dos indivíduos frente ao mercado, constituído sobre um ideal de essência egoísta dos homens? A ele devemos igualmente reverência, pois quem despreza o mercado perfeito, despreza a Deus, de quem ele é imagem na terra.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BRAUDEL, Fernand. In: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Édipo e Excesso – Reflexões sobre Lei e Política*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As Grandes Obras Políticas – De Maquiavel a nossos Dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

FIORI, José Luís. *Atentados Ajudam Decantar Doutrina Bush*. Artigo publicado no site Agência Carta Maior (<http://www.agenciartamaior.com.br/>) em janeiro de 2002.

HIRSCHMAN, Albert O. *As Paixões e os Interesses*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LOPES, Marcos Antônio. *Moral e Virtude nos Espelhos de Príncipes da Idade Clássica (1640-1700)*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

NETTO, Antonio Delfim. “A Moral e os Mercados”. In: *Carta Capital*, 24 de setembro de 2008. Ano XV, No. 514. São Paulo: Editora Confiança.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*; com a introdução de Edwin Cannan; apresentação de Winston Fritsh. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.